

vi que tivessem obediência nem servirem bem portugueses» (*Cartas*, 1940, I, 270-1).

O carácter dos «Portugueses» vai, neste contexto, num sentido oposto ao que encontramos em Sebastião César. Aqui sustenta a repressão e o afrontamento da insubordinação. Mas é dos mesmos «Portugueses» que falam Meneses e Melo? Suspeitamos que não.

Excesso de emulação e não reconhecimento da superioridade dos que ocupam os postos — são estes os traços cruciais dos homens de cima. Encontramo-los na forte conflituosidade detectá-

vel no interior da primeira nobreza de corte durante a Guerra da Restauração. O pequeno grupo é atravessado pelas perturbações criadas pelas redes de amizade e de inimizade a que se refere abertamente o conde de Ericeira e que se situam ao mais alto nível de decisão. Os elementos desta nobreza receiam constantemente ser afectados pelas intrigas dos seus adversários. Por outro lado, a outros níveis, inferiores, é detectável idêntica conflituosidade e uma obsessiva preocupação pelos mais ínfimos pormenores da representação pública da hierarquia social.

## COMANDOS MILITARES E ELITES SOCIAIS

Nuno Gonçalo Monteiro

### NOBREZA E HIERARQUIA MILITAR

UM POUCO POR TODA A EUROPA, ao longo dos séculos XVII e XVIII, a relação entre as nobrezas e a função militar sofreu uma evolução geralmente coincidente e na aparência contraditória. Por um lado, declinaram as forças militares directamente organizadas e coordenadas por nobres, ou seja, em toda a parte diminuíram ou desapareceram os exércitos senhoriais e, em contrapartida, os exércitos reais afirmaram, ao menos tendencialmente, o monopólio das funções militares. Mas, simultaneamente, e apesar do relativo declínio da cavalaria (revolução militar), da valorização de saberes técnicos específicos associados ao exercício de funções militares e da tendência para a profissionalização do corpo dos oficiais, as nobrezas mantiveram uma importância matricial e indiscutível nos comandos dos exércitos reais. Não desapareceu, antes se metamorfoseou, e, em certos casos, se reforçou mesmo, a ligação entre nobreza e funções militares que se mantinha com toda a vitalidade na segunda metade de Setecentos (Scott; Stotts, 1995, 41-46).

No caso português, no estado actual dos conhecimentos sobre a matéria, parece prudente iniciar a nossa incursão em 1640, quando, sob o impulso das necessidades militares da Restauração, se lança a empresa da organização de um exército da nova dinastia reinante. Uma das maiores dificuldades que os restauradores tiveram de deffrontar foi a literal inexistência de uma força militar permanente do reino, matéria sobre a qual amplamente se legislou nas semanas subsequentes ao golpe de 1640 (criação do Conselho de Guerra, nomeação dos governadores de armas para as diversas províncias, etc.). Os comandos da nova força militar deviam recair, naturalmen-

te, em fidalgos principais com experiência militar. Ora, embora existissem alguns militares com conhecimentos adquiridos nos cenários de guerra coloniais ou ao serviço dos Habsburgos em outros territórios do seu império, eram muito poucos no conjunto os fidalgos com formação militar actualizada e experiência no campo de batalha. Na sua maioria, desconheciam as inovações técnicas e os novos saberes militares testados nas guerras da Europa e em outras paragens na primeira metade de Seiscentos. Não admira, assim, que nesse contexto, como cem anos mais tarde (Lippe durante o pombalismo), se colocasse a hipótese, finalmente concretizada, da importação de militares estrangeiros. Nem que a eminência dessa vinda tenha suscitado diversas resistências e, uma vez concretizada, a sua presença (sobretudo mais visível no caso do conde de Schomberg) tenha provocado frequentes conflitos com as hierarquias reinóis.

O problema da escassa formação específica dos comandos militares iria persistir, como veremos. Mas parece indispensável salientar alguns traços singulares da conjuntura da Restauração. Com efeito, nesse contexto muito peculiar, é a própria guerra e a ruptura política que com ela se combina que vão em parte gerar, ou mais exactamente, alterar a composição do topo da pirâmide nobiliárquica. De forma sumária, essa recomposição pode ser resumida nos seguintes tópicos: extinção de diversas casas, designadamente titulares, em resultado do seu alinhamento político, embora algumas fossem depois «restauradas» em ramos segundos; elevação de outras casas, incluindo a concessão de grandeza (títulos de conde, marquês ou duque), com particular incidência em militares com participação destacada na guerra; e, por fim, reforço e cristalização do estatuto da «primeira nobreza da corte»,